

REGULAMENTO INTERNO DE CONTRATAÇÃO

Empreitadas, Bens e Serviços

REGULAMENTO INTERNO DE CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM – EM, S.A.

(aprovado, por deliberação do Conselho de Administração, de 06-09-2011)

A ÁGUAS DE SANTARÉM é uma entidade adjudicante à luz do artigo 2.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, integrando-se por essa via no âmbito subjectivo de aplicação da Parte II deste diploma.

Contudo, o artigo 12.º estende o âmbito de aplicação das regras específicas sobre contratação nos chamados “sectores especiais” aos organismos de direito público. Resulta claro por esta via que a ÁGUAS DE SANTARÉM, desde logo quando actua no âmbito da gestão e exploração do sistema público-municipal de abastecimento de água, está sujeita ao regime de contratação pública mais flexível que o Código dos Contratos Públicos, transpondo a Directiva n.º 2004/17/CE, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores especiais, manda aplicar às entidades adjudicantes que actuam nestes sectores, desde que os contratos em causa “*digam directa e principalmente respeito*” às actividades desenvolvidas nesses sectores.

Por outro lado, as entidades adjudicantes que explorem unicamente sistemas municipais, intermunicipais ou multimunicipais de saneamento de águas residuais estão submetidas ao regime geral da parte II do Código dos Contratos Públicos. Todavia, às entidades adjudicantes, como a ÁGUAS DE SANTARÉM, cujo objecto social inclua, ao mesmo tempo, a actividade de abastecimento de água e de tratamento e rejeição de efluentes aplica-se, no âmbito da contratação que diga *directa e principalmente* a essas actividades, o regime dos “*sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais*” (também designados sectores especiais).

Com efeito, o artigo 11.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos submete os contratos a celebrar por entidades que exercem actividade no sector da água e estejam relacionados com a rejeição e tratamento de águas residuais ao *regime dos sectores especiais*, o que significa que a parte II do Código dos Contratos Públicos só será aplicável quando (i) tais acordos tenham por objecto uma das prestações típicas identificadas na alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º, e (ii) o seu valor atinja os limiares aí previstos.

Para o efeito, por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º, é preciso, no entanto, que os contratos “*digam directa e principalmente respeito*” às actividades realizadas no âmbito da distribuição de água – mais concretamente, da colocação à disposição, exploração e alimentação de redes fixas de prestação de serviços ao público no domínio da produção, do transporte ou da distribuição de água potável – ou, por força da extensão operada pela alínea b) do n.º 3 do artigo 11.º, no âmbito do saneamento – isto é, da contratação relacionada com a rejeição ou o tratamento de águas residuais.

O critério de aferição sobre se um contrato “*diz directa e principalmente respeito*” às actividades desenvolvidas nos sectores especiais por determinada entidade não passa por determinar se, atenta a natureza (técnica ou outra) daquilo que se pretende adquirir, a respectiva celebração só se justifica por parte de entidades que actuem nesses sectores. Trata-se, antes, de um critério que atende à afectação funcional das obras, bens ou serviços adquiridos às actividades desenvolvidas nesses sectores.

Este problema apenas ganha relevância efectiva no caso de entidades que desenvolvam várias actividades, umas nos sectores especiais e outras à margem destes sectores. Pelo contrário, no caso de uma entidade adjudicante que, em função do respectivo objecto social, apenas desenvolva a sua actividade num sector especial (v.g., abastecimento de água ou energia), toda a sua actividade



contratual estará sujeita às regras do Código dos Contratos Públicos atinentes aos sectores especiais. Em qualquer das referidas situações o objecto do contrato destina-se exclusivamente ao desenvolvimento da (única) actividade da empresa e esta releva necessariamente no âmbito dos sectores especiais.

É precisamente isto que sucede com a ÁGUAS DE SANTARÉM. Se se atentar no objecto social da empresa e à realidade prática, esta actua exclusivamente no âmbito da gestão e exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais. Significa isto que toda a actividade da empresa se desenvolve no âmbito dos sectores especiais já que a gestão do sistema público de abastecimento de água se integra na previsão da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Código dos Contratos Públicos, e a gestão do sistema público de tratamento de águas residuais, porque desenvolvida por uma entidade que actua no sector da água, beneficia do mesmo regime por força do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 11.º do mesmo Código.

Em face do exposto, a actividade contratual da Águas de Santarém da Águas de Santarém apenas está sujeita à Parte II do CCP relativamente aos seguintes contratos:

- (i) Empreitada de obras públicas cujo valor seja igual ou superior a €5.000.000;
- (ii) Concessão de obras públicas;
- (iii) Concessão de serviços públicos;
- (iv) Locação ou aquisição de bens móveis cujo valor seja igual ou superior a €400.000;
- (v) Aquisição de serviços cujo valor seja igual ou superior a €400.000.

Todavia, as instâncias comunitárias vêm sustentando o entendimento de que, mesmo abaixo dos limiares de valor a partir dos quais a se aplicam as regras das directivas da contratação pública, a “liberdade” quanto a procedimentos de contratação não é total, impondo-se às entidades adjudicantes ponderar a intensidade com que, em cada caso concreto, se projectam os princípios gerais da contratação pública, em particular o princípio da concorrência e, em especial, se os contratos em causa são susceptíveis de despertar o interesse concorrencial de entidades sediadas noutros Estados-Membros. Mais concretamente, entendem tais instâncias que a referida ponderação deve ser sustentada numa avaliação das circunstâncias particulares do caso, como sejam o objecto do contrato, o seu valor, as particularidades do sector em questão (*v.g.*, dimensão e estrutura do mercado, das práticas comerciais) e também da localização geográfica do lugar de execução.

É com vista a dar cumprimento a estas orientações comunitárias que o Conselho de Administração da ÁGUAS DE SANTARÉM aprovou o presente Regulamento Interno de Contratação, que estabelece a disciplina aplicável à escolha e tramitação dos procedimentos pré-contratuais lançados pela empresa para a celebração de contratos de empreitadas de obras públicas e de locação e aquisição de bens móveis e serviços não abrangidos pelas directivas “contratos públicos” e subtraídos ao âmbito de aplicação da Parte II do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º

Objecto

O presente Regulamento Interno de Contratação (“Regulamento”) estabelece a disciplina aplicável à escolha e tramitação dos procedimentos pré-contratuais lançados pela EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM – EM, S.A. (“ÁGUAS DE SANTARÉM”) para a celebração de contratos não abrangidos pelas directivas “contratos públicos” e subtraídos ao âmbito de aplicação da Parte II do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), por força do disposto, nomeadamente, nos artigos 4.º e 16.º da Directiva n.º 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, e nos artigos 11.º, n.ºs 1 e 3, alínea *b)* e 12.º do CCP, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 2º

Âmbito

O presente Regulamento é aplicável à formação dos seguintes contratos:

- a) Empreitadas de obras públicas, cujo valor, na aceção do artigo 17.º do CCP, seja inferior ao referido na subalínea *i)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP;
- b) Locação ou aquisição de bens móveis, cujo valor, na aceção do artigo 17.º do CCP, seja inferior ao referido na subalínea *iv)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP;
- c) Aquisição de serviços, cujo valor, na aceção do artigo 17.º do CCP, seja inferior ao referido na subalínea *v)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP.

Artigo 3º

Princípios

1. Os procedimentos pré-contratuais tramitados nos termos do presente Regulamento devem promover a apresentação e escolha das propostas mais vantajosas num quadro de concorrência de mercado, seja da perspectiva do preço, seja da perspectiva da relação entre este aspecto e a qualidade e adequação técnica das obras, bens ou serviços objecto dos contratos a celebrar, com vista à satisfação das necessidades da ÁGUAS DE SANTARÉM.

2. Sem prejuízo da observância de outros princípios fundamentais da contratação pública, tais como os princípios da igualdade, da imparcialidade, da transparência e da concorrência, decorrentes da aplicação tanto de normas nacionais como comunitárias de alcance geral, a formação dos contratos referidos no artigo anterior deve ter por base critérios de adjudicação e factores de avaliação de propostas orientados por princípios de economia e de eficácia, que assegurem tanto a simplicidade e celeridade procedimentais como a eficiência e a adequação das prestações contratadas.

CAPÍTULO II

TIPOS E ESCOLHA DE PROCEDIMENTOS

Artigo 4º

Critério geral de escolha do procedimento, valor estimado e prestações adicionais

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 8.º, a escolha dos procedimentos previstos nos artigos seguintes para a formação de contratos abrangidos pelo presente Regulamento é determinada pelo valor estimado do contrato a celebrar.

2. Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, o “valor estimado do contrato” equivale ao preço contratual máximo que a ÁGUAS DE SANTARÉM se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objecto, seja em função de uma estimativa interna da despesa a realizar para efeitos da respectiva autorização, seja em função da aceitação do preço proposto por entidades consultadas no âmbito de um procedimento de aquisição directa.

3. Sem prejuízo dos limites estabelecidos no número seguinte, a escolha do procedimento em função do valor estimado do contrato a celebrar não prejudica a possibilidade de serem adquiridos, em fase de execução contratual, trabalhos, bens ou serviços adicionais à mesma entidade co-contratante, desde que o preço das prestações adicionais em causa, somado ao preço estabelecido no contrato inicial e ao preço de anteriores prestações adicionais, não atinja o valor dos limiares constantes do artigo 16.º da Directiva n.º 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, e referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do CCP.

4. A aquisição de trabalhos, bens ou serviços adicionais, nos termos previstos no número anterior, apenas é permitida quando os mesmos se tenham tornado necessários na sequência de uma circunstância imprevista e sejam necessários à conclusão ou ao pleno aproveitamento da obra, do bem ou do serviço objecto do contrato inicial, desde que o preço atribuído às prestações adicionais em causa somado ao preço de anteriores prestações adicionais não exceda 50% do preço contratual do contrato inicial.

Artigo 5º

Escolha do procedimento nos contratos de empreitada

Para a formação dos contratos de empreitada de obras públicas referidos na alínea a) do artigo 2.º, a ÁGUAS DE SANTARÉM deve adoptar os seguintes procedimentos:

a) Aquisição directa simplificada, quando o valor estimado do contrato seja inferior a € 15.000 (quinze mil euros);

b) Aquisição directa, quando o valor estimado do contrato seja igual ou superior a € 15.000 (quinze mil euros) e inferior a € 100.000 (cem mil euros);

c) Aquisição directa com consulta a 3 (três) entidades, quando o valor estimado do contrato seja igual ou superior a € 100.000 (cem mil euros) e inferior a € 500.000 (quinhentos mil euros);

d) Aquisição directa com consulta a 5 (cinco) entidades, quando o valor estimado do contrato seja igual ou superior a € 500.000 (quinhentos mil euros) e inferior a € 1.000.000 (um milhão de euros);

e) Aquisição com anúncio obrigatório, quando o valor estimado do contrato seja igual ou superior a € 1.000.000 (um milhão de euros) e o valor do contrato, na acepção do artigo 17.º do CCP, seja inferior ao valor referido na subalínea i) da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do CCP.

Artigo 6º

Escolha do procedimento nos contratos de bens e serviços

Para a formação dos contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços referidos nas alíneas *b)* e *c)* do artigo 2.º, a ÁGUAS DE SANTARÉM deve adoptar os seguintes procedimentos:

- a) Aquisição directa simplificada, quando o valor estimado do contrato seja inferior a € 5.000 (cinco mil euros);
- b) Aquisição directa com consulta a 3 (três) entidades, quando o valor estimado do contrato seja igual ou superior a € 5.000 (cinco mil euros) e inferior a € 200.000 (duzentos mil euros);
- c) Aquisição com anúncio obrigatório, quando o valor estimado do contrato seja igual ou superior a € 200.000 (duzentos mil euros) e o valor do contrato, na acepção do artigo 17.º do CCP, seja inferior ao valor referido nas subalíneas *iv)* e *v)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP.

Artigo 7º

Divisão em lotes

1. Quando prestações do mesmo tipo, susceptíveis de constituírem objecto de um único contrato, sejam divididas em vários lotes, correspondendo cada um deles a um contrato separado mas cuja formação ocorra em simultâneo, o procedimento a adoptar para a celebração de cada contrato, escolhido nos termos dos artigos anteriores, é o procedimento que, em razão do somatório dos valores estimados dos vários lotes, se aplicaria se todos os lotes fossem adquiridos através de um único contrato.

2. Quando, na situação prevista no número anterior, a formação dos contratos relativos aos diversos lotes não ocorra em simultâneo, mas se inicie no prazo de um ano a contar do início do procedimento de aquisição do primeiro lote, o procedimento a adoptar para a aquisição de determinado lote é aquele que, em razão do somatório dos preços contratuais dos lotes já adquiridos e dos valores estimados dos lotes cujos procedimentos de aquisição estejam ainda em curso, se aplicaria à aquisição do lote em causa, se todos os lotes já contratados ou com procedimentos de contratação em curso fossem adquiridos através de um único contrato.

3. Quando o valor resultante dos somatórios referidos nos números anteriores seja igual ou superior aos valores referidos nas subalíneas *i)*, *iv)* e *v)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP, os contratos em causa não podem ser celebrados ao abrigo do presente Regulamento.

Artigo 8º

Critérios materiais de escolha do procedimento

A formação de contratos abrangidos pelo presente Regulamento pode sempre ser precedida do procedimento de aquisição directa, com ou sem consulta a mais do que uma entidade, desde que o respectivo valor, na acepção do artigo 17.º do CCP, seja inferior aos valores referidos no artigo 16.º da Directiva n.º 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, e na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP, e se verifique alguma das seguintes situações:

- a) Em anterior procedimento de aquisição com anúncio obrigatório nenhuma proposta tenha sido apresentada ou todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas nos termos do artigo 24.º, e desde que o caderno de encargos e, se for o caso, os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira dos concorrentes não sejam substancialmente alterados em relação aos daquele procedimento;
- b) Na medida do necessário e por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevistos pela ÁGUAS DE SANTARÉM, não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais



procedimentos, ou quando a sua observância possa acarretar prejuízos relevantes para os interesses públicos a cargo daquela entidade, e desde que as circunstâncias invocadas não sejam imputáveis à ÁGUAS DE SANTARÉM a título de dolo ou negligência grave;

c) Por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a protecção de direitos exclusivos, a prestação objecto do contrato só possa ser confiada a uma entidade determinada;

d) Se trate de novas obras, novos bens ou novos serviços que consistam na repetição, substituição ou ampliação de obras, bens ou serviços similares objecto de contrato anteriormente celebrado pela Águas de Santarém, há menos de 3 (três) anos e na sequência de um procedimento de aquisição com anúncio obrigatório, desde que a possibilidade de adopção da aquisição directa, com ou sem consulta a mais do que uma entidade, tenha sido indicada no anúncio ou no programa daquele procedimento e desde que o preço contratual das novas prestações somado ao preço do contrato inicial e de eventuais adicionais já contratados seja inferior aos valores aplicáveis ao tipo de contrato em causa referidos no artigo 16.º da Directiva n.º 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do CCP;

e) Se trate de serviços de investigação e de desenvolvimento, com excepção daqueles cujos resultados se destinem exclusivamente à Águas de Santarém para utilização no exercício da sua própria actividade, e desde que a prestação do serviço seja inteiramente remunerada por aquela entidade;

f) Se trate de serviços informáticos de desenvolvimento de *software* e de manutenção ou assistência técnica de equipamentos;

g) Se trate de adquirir água;

h) Se trate de adquirir bens destinados a revenda ou a locação a terceiros, directamente ou através da sua incorporação noutros bens móveis, e a Águas de Santarém não goze de direitos especiais ou exclusivos para a revenda ou a locação daqueles bens, podendo outras entidades revender ou locar livremente bens do mesmo tipo em condições idênticas às da ÁGUAS DE SANTARÉM;

i) Se trate de adquirir bens que se encontram disponíveis no mercado por um período de tempo muito curto e cujo preço seja consideravelmente inferior aos preços normalmente praticados no mercado;

l) Relativamente a contratos de aquisição de serviços de natureza intelectual, a natureza das prestações a adquirir justifique que a ÁGUAS DE SANTARÉM possa escolher o seu co-contratante de modo personalizado e específico, à luz de critérios que levem em conta as características subjectivas da entidade a contratar, nomeadamente no caso de serviços jurídicos, de serviços de colocação e de fornecimento de pessoal, de serviços de educação e formação profissional e de serviços de investigação e de segurança.

Artigo 9º

Contratos mistos

1. Podem ser celebrados contratos mistos pela ÁGUAS DE SANTARÉM quando a conexão das prestações a abranger pelo respectivo objecto se revele vantajosa para os interesses públicos a seu cargo.

2. Quando o objecto de um contrato misto a celebrar pela ÁGUAS DE SANTARÉM abranja, simultaneamente, prestações típicas dos contratos de empreitada de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, ou prestações típicas daqueles contratos e de quaisquer outros, a escolha do respectivo procedimento é feita do seguinte modo:

a) Se, da aplicação dos critérios previstos nos artigos 5.º e 6.º, consoante aplicáveis, resultar a escolha de idêntico procedimento pré-contratual, será esse o procedimento adoptado;

b) Se, da aplicação dos critérios previstos nos artigos 5.º e 6.º, consoante aplicáveis, resultar a



escolha de procedimentos pré-contratuais distintos, deverá ser adoptado o procedimento mais concorrencial, entendendo-se como tal, por ordem decrescente, o procedimento de aquisição com anúncio obrigatório, o procedimento de aquisição directa com consulta a 5 (cinco) entidades, o procedimento de aquisição directa com consulta a 3 (três) entidades, o procedimento de aquisição directa e o procedimento de aquisição directa simplificada.

3. Quando num contrato que abranja, simultaneamente, prestações típicas de contratos de empreitada de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e de serviços, a componente relativa a fornecimentos e serviços seja necessária à execução da componente de empreitada, o contrato apenas pode ser celebrado ao abrigo do presente Regulamento se o valor do contrato, na acepção do artigo 17.º do CCP, for inferior ao valor referido na subalínea *i)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP.

4. Quando num contrato que abranja, simultaneamente, prestações típicas dos contratos de empreitada de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e de serviços, a componente relativa a fornecimentos e serviços não seja necessária à execução da componente de empreitada, o contrato não pode ser celebrado ao abrigo do presente Regulamento se o valor da componente relativa a fornecimentos e serviços for igual ou superior aos valores referidos nas subalíneas *iv)* e *v)* da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 11.º do CCP.

CAPÍTULO III

TRAMITAÇÃO PROCEDIMENTAL COMUM

Artigo 10º

Início do procedimento

1. O procedimento de formação de qualquer contrato abrangido pelo presente Regulamento Interno de Contratação inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe à entidade da ÁGUAS DE SANTARÉM competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, nos termos previstos nos respectivos estatutos e eventuais delegações ou subdelegações de competências em vigor.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a entidade competente para a decisão de contratar, nos termos do número anterior, é ainda competente para:

a) Numa primeira fase, e com base em informação elaborada pelo Serviço de Aprovisionamento, na sequência da recepção de uma solicitação de contratação ou aquisição de obra, bem ou serviço, por qualquer serviço da ÁGUAS DE SANTARÉM, tomar a decisão de escolha do procedimento, a qual deve ser fundamentada, bem como, quando aplicável, a decisão de aprovação das peças do procedimento e das entidades a consultar nos procedimentos de aquisição directa;

b) Numa segunda fase, decidir o desfecho do procedimento de contratação e, se for o caso, aprovar a minuta do contrato a celebrar.

3. Sempre que o valor estimado do contrato a celebrar não exceder o limite de competência do Presidente do Conselho de Administração da ÁGUAS DE SANTARÉM para autorizar a despesa, o júri desenvolve todas as diligências procedimentais por forma a permitir à entidade competente para a decisão de contratar adoptar, num único momento, todas as decisões referidas nas alíneas a) e b) do número anterior.

4. Todas as competências atribuídas pelo presente Regulamento à entidade competente para a decisão de contratar podem ser delegadas, com faculdade de subdelegação, com excepção da competência para a decisão de adjudicação.

Artigo 11º

Peças do procedimento

Excepto quando o procedimento escolhido for o de aquisição directa simplificada, em que não é necessária a elaboração e aprovação de peças procedimentais, as peças dos procedimentos de formação dos contratos previstos no presente Regulamento são as seguintes:

a) Na aquisição directa e aquisição directa com consulta a várias entidades, o convite à apresentação de proposta(s) e o caderno de encargos;

b) Na aquisição com anúncio obrigatório, o programa do procedimento e o caderno de encargos.

Artigo 12º

Júri dos procedimentos

1. A entidade competente para a decisão de contratar nomeia, para cada procedimento de formação de contrato abrangido pelo presente Regulamento — à excepção da aquisição directa simplificada —, um júri destinado a acompanhar e conduzir o procedimento em causa, ao qual compete praticar todos os actos e realizar todas as diligências procedimentais que não estejam reservados à

entidade competente para a decisão de contratar, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a avaliação das propostas, a condução de eventuais negociações, a realização da eventual audiência prévia dos interessados, bem como o exercício de todas as competências que lhe sejam delegadas pela entidade competente para a decisão de contratar.

2. O júri referido no número anterior é composto por um mínimo de 3 (três) membros efectivos, um dos quais presidirá, e 3 (três) suplentes.

3. O júri a que se refere o presente artigo só pode funcionar quando o número de membros presentes na reunião corresponda ao número de membros efectivos.

4. As deliberações do júri são tomadas por maioria, não sendo admitida a abstenção, e devem ser sempre fundamentadas.

5. Devem constar da acta as razões da discordância do membro do júri que, numa determinada deliberação, tenha votado vencido.

6. O júri é apoiado pelo Serviço de Aprovisionamento e pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspecto que se mostre necessário no âmbito de um procedimento, tendo estas pessoas ou entidades a qualidade de meros consultores.

Artigo 13º

Serviço de Aprovisionamento

1. Compete ao Serviço de Aprovisionamento da ÁGUAS DE SANTARÉM (“Serviço de Aprovisionamento”), em matéria de preparação, organização e acompanhamento de procedimentos pré-contratuais, prestar apoio administrativo e colaboração ao júri dos procedimentos, sempre que tal lhe seja solicitado, incluindo na recepção, abertura e exame formal das propostas e dos documentos que as acompanham ou constituem, bem como na organização e assistência na condução de eventuais fases de negociações a que possa haver lugar.

2. O Serviço de Aprovisionamento funciona, ainda, como intermediário privilegiado junto do Gabinete Jurídico da ÁGUAS DE SANTARÉM, competindo-lhe enviar a este último serviço toda a documentação que careça de ser analisada ou revista pelos serviços jurídicos, bem como os elementos necessários à elaboração das minutas dos contratos a celebrar.

Artigo 14º

Área reservada

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 45.º, a ÁGUAS DE SANTARÉM publicita, na área reservada do seu sítio da Internet destinada aos contratos abrangidos pelo presente Regulamento, os anúncios de lançamento dos procedimentos de aquisição com anúncio obrigatório previstos no presente Regulamento.

2. A ÁGUAS DE SANTARÉM publicita ainda, na área reservada a que se refere o presente artigo, anúncios da celebração de quaisquer contratos na sequência dos procedimentos de aquisição directa com consulta a várias entidades e aquisição com anúncio obrigatório e dos respectivos adicionais.

3. Os procedimentos de aquisição com anúncio obrigatório são tramitados electronicamente, decorrendo as respectivas formalidades electrónicas na área reservada referida no presente artigo.

4. Enquanto não estiver operacional a área reservada a que se refere o presente artigo, a tramitação dos procedimentos mencionados no número anterior é efectuada, sempre que possível, através de meios de transmissão escrita e electrónica de dados.

Artigo 15º

Participantes

1. Podem participar nos procedimentos de formação de contratos abrangidos pelo presente Regulamento as pessoas singulares ou colectivas que reúnam as condições de idoneidade referidas nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 27.º.

2. No procedimento de aquisição com anúncio obrigatório podem ser participantes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Nos procedimentos de aquisição directa e de aquisição directa com consulta a várias entidades apenas podem ser participantes agrupamentos que incluam a(s) entidades(s) convidada(s) e desde que tal possibilidade seja expressamente prevista no convite.

4. Os membros de um agrupamento participante não podem ser participantes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento participante.

5. Todos os membros de um agrupamento participante são solidariamente responsáveis perante a ÁGUAS DE SANTARÉM pela manutenção da proposta.

6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento participante, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica prevista no convite ou no programa do procedimento.

Artigo 16º

Esclarecimentos e rectificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, pelos interessados, até ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

a) Por qualquer meio de transmissão escrita e electrónica de dados, quando o procedimento escolhido seja a aquisição directa simplificada, aquisição directa ou aquisição directa com consulta a várias entidades;

b) Na área reservada referida no artigo 14.º, quando o procedimento escolhido seja a aquisição com anúncio obrigatório.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados pelo júri e notificados ou disponibilizados a todos os participantes pelos mesmos meios por que devem ser solicitados nos termos do número anterior, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, podendo ainda o júri proceder a rectificações de erros ou omissões das peças do procedimento nos mesmos termos e prazo.

3. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja igual ou inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos e as rectificações referidos no número anterior podem ser prestados ou efectuadas, respectivamente, até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

4. Os esclarecimentos e as rectificações referidos no presente artigo fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 17º

Documentos que acompanham e constituem as propostas

1. As propostas a apresentar no âmbito dos procedimentos abrangidos pelo presente Regulamento devem ser acompanhadas e ou constituídas dos documentos previstos nas respectivas peças do procedimento, podendo o júri, a qualquer momento até à decisão de adjudicação, solicitar a

apresentação de documentos que comprovem as declarações prestadas pelos participantes.

2. Nos procedimentos de formação de contratos de empreitada de obras públicas, as propostas devem ser acompanhadas dos competentes alvarás ou títulos de registo, emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., podendo os referidos alvarás ou títulos de registo, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, ser apresentados por apenas um dos seus membros ou ser substituídos pela apresentação de vários alvarás ou títulos de registo dos seus membros que, em conjunto, contenham as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, sem prejuízo de todos os membros do agrupamento que exerçam a actividade da construção deverem apresentar o respectivo alvará ou título de registo.

Artigo 18º

Propostas variantes

1. O programa do procedimento ou o convite podem permitir a apresentação de propostas variantes, entendendo-se estas como as propostas que, relativamente a aspectos da execução do contrato a celebrar, contenham condições contratuais alternativas, nos termos expressamente admitidos nas peças do procedimento.

2. Nos casos em que o programa do procedimento ou o convite permitam a apresentação de propostas variantes, os participantes são obrigados, em qualquer caso, a apresentar uma proposta base, entendida esta como aquela que não contém alternativas aos aspectos de execução do contrato relativamente aos quais as variantes são admitidas.

3. Independentemente de os aspectos de execução do contrato relativamente aos quais o caderno de encargos admite propostas variantes estarem ou não submetidos directamente à concorrência, as regras de avaliação de propostas contidas nas peças procedimentais devem assegurar a comparabilidade objectiva das propostas base e das propostas variantes.

Artigo 19º

Modo de apresentação das propostas

1. Salvo quando o convite dispuser diferentemente, nos procedimentos de aquisição directa simplificada, aquisição directa e aquisição directa com consulta a várias entidades, as propostas e os documentos que as constituem ou acompanham são apresentados por meio de transmissão escrita e electrónica de dados, sendo apenas admissível a respectiva apresentação por correio ou em mão quando pela sua natureza, algum dos referidos documentos não possa ser apresentado através dos meios anteriormente referidos.

2. Salvo quando o programa do procedimento dispuser diferentemente, nos procedimentos de aquisição com anúncio obrigatório, as propostas e os documentos que as constituem ou acompanham são apresentados na área reservada referida no artigo 14.º, sendo apenas admissível a respectiva apresentação por correio ou em mão quando pela sua natureza, algum dos referidos documentos não possa ser apresentado na referida área reservada.

Artigo 20º

Prazo para a apresentação das propostas

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo para a apresentação das propostas é definido nas peças do procedimento de formação de cada contrato a celebrar pela ÁGUAS DE SANTARÉM, devendo, em qualquer caso, os prazos definidos ser razoáveis em função da natureza, das características, do volume e da complexidade das prestações objecto do contrato a celebrar, por forma a

permitir a sua elaboração em condições adequadas e de efectiva concorrência.

2. Salvo disposto diversamente através de deliberação fundamentada do Conselho de Administração da ÁGUAS DE SANTARÉM, as peças dos procedimentos de aquisição directa com consulta a várias entidades e de aquisição com anúncio obrigatório devem observar os seguintes prazos mínimos para a apresentação das propostas:

- a) Aquisição directa com consulta a várias entidades: 5 (cinco) dias;
- b) Aquisição com anúncio obrigatório: 20 (vinte) dias para os procedimentos de formação de contratos de empreitada de obras públicas e 9 (nove) dias para os procedimentos de formação de contratos de locação e aquisição de bens móveis e serviços.

3. O prazo para a apresentação das propostas pode ser prorrogado a pedido fundamentado de qualquer interessado, quando os esclarecimentos ou as rectificações das peças do procedimento sejam comunicados para além do prazo fixado para o efeito nos termos do n.º 2 do artigo 16.º, ou quando o júri, fundamentadamente, considere que existem razões objectivas para essa prorrogação.

4. A prorrogação do prazo para a apresentação das propostas é comunicada simultaneamente a todos os interessados e aproveita a todos eles.

5. Nos procedimentos de aquisição com anúncio obrigatório, a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas é ainda publicitada na área reservada referida no artigo 14.º.

Artigo 21º

Obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é fixado no programa do procedimento ou no convite de cada procedimento, e, se nada for estabelecido, é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias se os participantes a isso não se opuserem expressamente até ao momento da renovação.

Artigo 22º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri pode pedir aos participantes esclarecimentos sobre as propostas apresentadas para efeitos de análise e avaliação das mesmas, fixando um prazo de resposta razoável em cada caso concreto em função da complexidade dos elementos solicitados.

2. Em particular, quando o júri ou a entidade competente para a decisão de contratar considerem que algum dos preços contratuais constantes de uma proposta é anormalmente baixo, deve o júri solicitar ao participante que a apresentou esclarecimentos justificativos sobre o assunto, com vista a aferir da sua credibilidade, exequibilidade, coerência e da observância das regras da concorrência.

3. Com excepção das situações previstas no n.º 2 do artigo 24.º, os esclarecimentos prestados pelos participantes não podem contrariar ou alterar os elementos constantes das respectivas propostas e documentos que as acompanham ou constituem, ou ainda visar suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

4. Quando o procedimento escolhido seja a aquisição com anúncio obrigatório, os esclarecimentos prestados nos termos dos números anteriores são disponibilizados aos demais participantes na área reservada referida no artigo 14.º.

Artigo 23º

CrITÉRIOS de adjudicação, factores e subfactores

1. Na aquisição directa simplificada e na aquisição directa não há lugar à adopção de um critério de adjudicação.

2. Na aquisição directa com consulta a várias entidades o critério de adjudicação é o do mais baixo preço, salvo disposto diversamente nas peças do procedimento na sequência de deliberação fundamentada do Conselho de Administração da ÁGUAS DE SANTARÉM.

3. Na aquisição com anúncio obrigatório o critério de adjudicação é o do mais baixo preço ou o da proposta economicamente mais vantajosa para a ÁGUAS DE SANTARÉM.

4. Os factores e subfactores que densificam o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa devem abranger todos e apenas os aspectos de execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de encargos.

5. No procedimento de aquisição com anúncio obrigatório os subfactores que densificam o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa podem referir-se, na medida do razoável e se tal se revelar adequado em função das especificidades do contrato a celebrar ou das necessidades de interesse público que este visa satisfazer, a situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos aos participantes.

Artigo 24º

Exclusão de propostas

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são excluídas as propostas que, para além de outros motivos especificamente estabelecidos no convite ou no programa do procedimento:

a) Não apresentem ou apresentem de forma deficiente algum dos atributos exigidos nas peças do procedimento, prejudicando a possibilidade da respectiva avaliação e a sua comparabilidade, ou que apresentem atributos, termos ou condições que violem o disposto no caderno de encargos;

b) Violem o presente Regulamento ou aspectos injuntivos das peças do procedimento;

c) Apresentem um preço considerado anormalmente baixo pela ÁGUAS DE SANTARÉM, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados pelo participante ou não tenham sido aceites como suficientes;

d) Relativamente às quais existam fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras da concorrência;

e) Sejam apresentadas depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação;

f) Sejam apresentadas por entidade que não observe o disposto no artigo 15.º;

g) Sejam acompanhadas ou constituídas por documentos falsos ou nas quais os participantes prestem culposamente falsas declarações;

h) Sejam apresentadas como variantes quando estas não sejam admitidas ou, em qualquer caso, sejam apresentadas em número superior ao admitido, sejam apresentadas como variantes sem que o participante tenha apresentado proposta base, ou sejam apresentadas como variantes e a proposta base seja excluída;

i) Não sejam instruídas com todos os documentos exigidos ou que contenham alguma outra irregularidade relativa ao modo da sua apresentação nos termos fixados no presente Regulamento, no convite ou no programa do procedimento;

j) Sejam apresentadas por participantes que não preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira e de habilitação profissional exigidos nas peças do procedimento;

l) Quando haja lugar a uma fase de negociações, contenham atributos diferentes dos constantes das respectivas versões iniciais no que respeita aos aspectos da execução do contrato a celebrar que a ÁGUAS DE SANTARÉM tenha indicado não estar disposta a negociar.

2. Relativamente aos motivos de exclusão enunciados nas alíneas a), b) e i) e l) do número

anterior, o júri pode, fundamentadamente, propor a não exclusão das propostas que deles padeçam e conceder aos participantes que as apresentaram um prazo razoável para que efectuem as diligências necessárias à regularização da situação de incumprimento, desde que a falta ou irregularidade em causa não afecte a inequivocidade das propostas e o respectivo suprimimento não seja susceptível de comprometer o respeito pelos princípios da igualdade, da concorrência ou da transparência.

Artigo 25º

Decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é tomada pela entidade competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário, juntamente com a indicação para, quando exigível, prestar caução e apresentar os documentos de habilitação nos termos previstos no presente Regulamento.

2. Todos os demais participantes são notificados da decisão de adjudicação e do relatório de avaliação das propostas no qual aquela se tenha baseado, simultaneamente com a notificação a que se refere o número anterior.

3. A decisão de adjudicação prevista no presente artigo é susceptível de impugnação junto do Conselho de Administração da ÁGUAS DE SANTARÉM, a apresentar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da respectiva notificação, devendo o interessado expor nessa impugnação os respectivos fundamentos e podendo consultar e juntar todos os documentos que considere convenientes para o efeito.

4. A apresentação da reclamação referida no número anterior suspende a realização das operações subsequentes do procedimento em causa, não havendo lugar ao cumprimento das exigências previstas no n.º 1 pelo adjudicatário enquanto a reclamação não estiver decidida se ainda não estiverem cumpridas.

5. Recebida a impugnação, todos os demais participantes são notificados da mesma, a fim de se poderem pronunciar sobre o seu teor no prazo de 5 (cinco) dias.

6. A impugnação referida no n.º 3 é decidida no prazo de 5 (cinco) dias a contar do termo do prazo fixado para a audiência dos demais participantes ao abrigo do número anterior, equivalendo a ausência de decisão à rejeição da mesma.

Artigo 26º

Decisão de não adjudicação

1. A ÁGUAS DE SANTARÉM não fica investida em dever de adjudicação relativamente a procedimentos lançados no âmbito do presente Regulamento, podendo não adjudicar qualquer das propostas apresentadas nos referidos procedimentos se tal se revelar justificado à luz dos objectivos de interesse público que lhe cumpre prosseguir.

2. No caso referido no número anterior, os participantes nos procedimentos em causa devem ser notificados da decisão de não adjudicação de qualquer proposta e não têm, por esse efeito, direito a qualquer indemnização.

Artigo 27º

Documentos de habilitação

1. Salvo quando se trate de um procedimento de aquisição directa simplificada, nos procedimentos de formação de qualquer contrato abrangido pelo presente Regulamento o adjudicatário deve apresentar documentos ou certidões emitidas pelas autoridades competentes do respectivo Estado-membro, que comprovem que:

a) Não foi condenado por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, ou não foi disciplinarmente punido por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoa colectiva, não foram condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência da mesma e estes se encontrem em efectividade de funções;

b) Tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido;

c) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

2. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no número anterior no prazo que lhe for fixado no convite ou no programa do procedimento, ou pela ÁGUAS DE SANTARÉM, o qual não será superior a 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.

3. No caso de incumprimento da obrigação de apresentação dos documentos de habilitação no prazo definido no número anterior, pode a ÁGUAS DE SANTARÉM decidir pela anulação da adjudicação em causa e, se for o caso, proceder a nova adjudicação ao participante cuja proposta tenha ficado ordenada na posição seguinte.

4. No caso de o adjudicatário ser um agrupamento, todos os seus membros devem apresentar os documentos referidos no n.º 1.

Artigo 28º

Registo em lista de empreiteiros, fornecedores ou prestadores de serviços habilitados

1. Para efeitos de registo em lista de empreiteiros, fornecedores ou prestadores de serviços habilitados da ÁGUAS DE SANTARÉM, os interessados devem apresentar os documentos ou certidões referidos no n.º 1 do artigo anterior.

2. O registo a que se refere o presente artigo é efectuado, gratuitamente e a qualquer momento, a pedido dos interessados em participar nos procedimentos pré-contratuais lançados pela ÁGUAS DE SANTARÉM, ou, oficiosamente pela ÁGUAS DE SANTARÉM, através do respectivo Serviço de Aprovisionamento, na sequência da recepção dos documentos de habilitação mencionados no número anterior por parte de uma entidade adjudicatária de um determinado procedimento pré-contratual.

3. Os documentos e certidões a que se refere o n.º 1 são digitalizados e gravados pelo Serviço de Aprovisionamento da ÁGUAS DE SANTARÉM numa base de dados de entidades habilitadas a criar para o efeito

4. Sempre que o adjudicatário de um procedimento pré-contratual abrangido pelo presente Regulamento esteja registado na lista a que se refere o presente artigo, fica dispensado da apresentação dos respectivos documentos de habilitação, desde que os documentos e certidões relativos ao mesmo, constantes da base de dados da ÁGUAS DE SANTARÉM, mantenham a sua validade no momento em que os documentos de habilitação devessem ser apresentados.

5. Para poderem beneficiar da isenção da obrigação de apresentar os documentos de habilitação referida no número anterior, cabe aos interessados o ónus de manter junto do Serviço de Aprovisionamento da ÁGUAS DE SANTARÉM os respectivos documentos ou certidões permanentemente actualizados.

Artigo 29º

Prestação de caução

1. Sem prejuízo do número seguinte, para garantia do exacto e pontual cumprimento das suas

obrigações, deve ser exigida ao adjudicatário a prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, salvo se o procedimento escolhido for a aquisição directa simplificada, caso em que não há lugar à prestação de caução.

2. No caso de o preço contratual ser inferior a € 200.000, o programa do procedimento ou o convite podem prever a redução do valor da caução ou a dispensa da sua prestação.

3. Quando, nos termos do número anterior, não tenha sido exigida a prestação de caução, pode a ÁGUAS DE SANTARÉM proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.

4. Pode não ser exigida a prestação de caução, nos termos previstos no programa do procedimento ou no convite, quando o adjudicatário apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respectivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado-membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respectivamente.

5. No prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação e se a tanto estiver obrigado, o adjudicatário deve comprovar a prestação da caução pelo valor estabelecido junto da ÁGUAS DE SANTARÉM.

6. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos definidos no convite ou no programa do procedimento e de acordo com os modelos de prestação dos diversos tipos de caução constantes daquelas peças procedimentais.

7. Todas as despesas relativas à prestação de caução são da responsabilidade do adjudicatário.

8. No caso de incumprimento da obrigação de prestação de caução no prazo definido no n.º 5, pode a ÁGUAS DE SANTARÉM decidir pela anulação da adjudicação em causa e, se for o caso, proceder a nova adjudicação ao participante cuja proposta tenha ficado ordenada na posição seguinte.

Artigo 30º

Celebração de contrato

1. Salvo nos casos previstos no número seguinte, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com aposição de assinaturas electrónicas.

2. Salvo previsão expressa no programa do procedimento ou no convite, não é exigível a redução do contrato a escrito quando:

a) Se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 15 000 (quinze mil euros);

b) Se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica reduzida e cujo preço contratual não exceda € 20 000 (vinte mil euros);

c) Se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços e:

i) O fornecimento de bens ou a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data em que o adjudicatário comprove a prestação da caução ou, se esta não for exigida, da data da notificação da decisão de adjudicação;

ii) A relação contratual se extinga com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente a favor da ÁGUAS DE SANTARÉM, como sejam as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos;

iii) O contrato não esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

d) Por motivos de urgência imperiosa, resultante de acontecimentos imprevisíveis pela ÁGUAS DE SANTARÉM, seja necessário dar imediata execução ao contrato.

3. Quando não haja lugar à redução do contrato a escrito, nos termos do número anterior, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

4. A celebração de contrato escrito deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da prova da prestação da caução, se a esta houver lugar, ou da data de notificação da decisão de adjudicação, em data e local a indicar pela ÁGUAS DE SANTARÉM, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.

5. A representação da ÁGUAS DE SANTARÉM na outorga do contrato cabe ao Conselho de Administração ou a quem tiver poderes delegados para o efeito.

6. As despesas e encargos inerentes à celebração de contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

7. Caso não haja lugar à celebração do contrato pelo facto de o adjudicatário legitimamente não aceitar a respectiva minuta com fundamento na previsão de obrigações que contrariem ou que não constem das peças do procedimento e respectivos esclarecimentos ou rectificações ou ainda da proposta adjudicada e dos esclarecimentos sobre a mesma, será devolvida a caução prestada nos termos do disposto no artigo 29.º.

Artigo 31º

Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

A entidade competente para a decisão de contratar pode propor ao adjudicatário ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objectivamente demonstrável que a respectiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido reflectidos em qualquer das propostas.

CAPÍTULO IV

TRAMITAÇÃO PROCEDIMENTAL ESPECIAL

Secção I

TRAMITAÇÃO DA AQUISIÇÃO DIRECTA SIMPLIFICADA

Artigo 32º

Tramitação

1. Nos procedimentos previstos na presente secção, a adjudicação é feita pela entidade competente para a decisão de contratar, directamente sobre uma factura ou documento equivalente apresentado pela entidade convidada, estando subjacente à decisão de adjudicação a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento de aquisição directa simplificada.

2. A preparação e acompanhamento das formalidades necessárias à adjudicação nos procedimentos previstos na presente secção é da competência do Serviço de Aprovisionamento.

Artigo 33º

Outras formalidades

O procedimento regulado na presente secção está dispensado de quaisquer outras formalidades previstas no presente Regulamento, incluindo as relativas à redução a escrito do contrato.

Secção II

TRAMITAÇÃO DA AQUISIÇÃO DIRECTA

Artigo 34º

Noção de aquisição directa

A aquisição directa é o procedimento em que a ÁGUAS DE SANTARÉM convida directamente uma única entidade à sua escolha a apresentar proposta, de acordo com os critérios de escolha do procedimento previstos no capítulo II do presente Regulamento.

Artigo 35º

Tramitação da aquisição directa

1. Nos procedimentos regulados na presente secção, o júri, após pedir ao participante esclarecimentos sobre a proposta apresentada, quando tal se revelar necessário, submete o projecto da decisão de adjudicação à entidade competente para a decisão de contratar.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, nos procedimentos regulados na presente secção, não há lugar às fases de negociação, de elaboração de relatórios de avaliação das propostas e de audiência prévia.

Artigo 36º

Melhoramentos da proposta

Sempre que o júri entenda conveniente, pode convidar o participante, no âmbito do procedimento de aquisição directa, a melhorar a sua proposta, fixando um prazo razoável para o efeito.

Secção III

TRAMITAÇÃO DA AQUISIÇÃO DIRECTA COM CONSULTA A VÁRIAS ENTIDADES

Artigo 37º

Noção de aquisição directa com consulta a várias entidades

A aquisição directa com consulta a várias entidades é o procedimento em que a ÁGUAS DE SANTARÉM convida directamente 3 (três) ou 5 (cinco) entidades à sua escolha a apresentar proposta, de acordo com os critérios de escolha do procedimento e número de entidades a consultar previstos no capítulo II do presente Regulamento.

Artigo 38º

Tramitação da aquisição directa com consulta a várias entidades

A tramitação do procedimento de aquisição directa com consulta a várias entidades obedece ao disposto na presente secção, salvo quando, na sequência de consulta a 3 (três) ou 5 (cinco) entidades, seja apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, com as necessárias adaptações, a tramitação do procedimento de aquisição directa a uma entidade.

Artigo 39º

Consulta das propostas apresentadas

1. As propostas apresentadas pelos participantes devem estar disponíveis nos serviços da ÁGUAS DE SANTARÉM, para consulta pelas demais entidades convidadas no âmbito de um procedimento de aquisição directa com consulta a várias entidades, a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. O convite à apresentação de propostas deve indicar a morada e o horário em que as propostas podem ser consultadas, durante as horas de expediente de cada dia útil.

Artigo 40º

Fase de negociações

1. Haverá lugar a uma fase de negociações das propostas, que incide sobre os atributos das mesmas, quando o convite à apresentação de propostas indicar expressamente:

a) Que as propostas apresentadas serão objecto de negociação;

b) Que existe a possibilidade de o júri optar pela realização de uma fase de negociações, após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, caso se verifiquem determinados pressupostos a definir previamente no convite.

2. O júri pode optar pela realização de uma fase de negociações, nos termos do disposto na alínea b) do número anterior, quando, designadamente, os preços indicados nas propostas sejam iguais ou muito próximos, não excedendo um determinado intervalo fixado no convite, ou quando tais preços excedam um determinado limite previamente definido no convite.

3. Não serão convidados a participar na fase de negociações os participantes cujas propostas devam ser excluídas, por se verificar uma das situações previstas no artigo 24.º.

4. Nos casos referidos no número anterior, deve ser concedido aos participantes um prazo, não inferior a 2 (dois) dias, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre a intenção da sua exclusão.

5. Após recepção e análise das pronúncias apresentadas pelos participantes nos termos do número anterior, o júri pondera as respectivas observações, notificando-os da manutenção da decisão de exclusão, ou convidando-os para a fase de negociações.

Artigo 41º

Formalidades e tramitação da fase de negociações

1. Havendo lugar a uma fase de negociações, o júri notifica os participantes, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, da data, hora e local da primeira sessão de negociações, agendando as restantes sessões nos termos que tiver por convenientes.

2. Na notificação referida no número anterior, o júri deve indicar se as negociações decorrem em separado ou em conjunto com os diversos participantes, bem como a existência de eventuais aspectos da execução do contrato a celebrar que a ÁGUAS DE SANTARÉM não está disposta a negociar.

3. As sessões de negociação são conduzidas pelo júri, com o apoio do Serviço de Aprovisionamento.

4. No início da primeira sessão de negociações, o júri informa os participantes sobre os aspectos que, em termos gerais, entende poderem ser melhorados em cada uma das propostas.

5. De cada sessão de negociações é lavrada acta, a qual deve ser assinada pelos membros presentes do júri e pelos representantes presentes dos participantes.

6. Os participantes devem ter idênticas oportunidades de propor, de aceitar e de contrapor modificações das respectivas propostas durante as sessões de negociação.

7. Quando o júri der por terminada a negociação, notifica imediatamente os participantes para, em prazo razoável para o efeito fixado, apresentarem as versões finais das suas propostas, as quais, depois de entregues, não podem ser objecto de quaisquer alterações.

8. A não apresentação pelos participantes das versões finais das suas propostas determina a manutenção das respectivas versões iniciais para efeitos de adjudicação.

Artigo 42º

Relatório de adjudicação

1. Após a análise e avaliação das propostas, ou das versões finais das propostas quando tenha havido lugar a uma fase de negociações, o júri elabora fundamentadamente um relatório de adjudicação, no qual deve propor a ordenação das propostas com base no critério de adjudicação, e nos factores e subfactores que o densificam quando for o caso, bem como a exclusão daquelas relativamente às quais se verifique, nesta fase, alguma das causas de exclusão previstas no artigo 24.º.

2. Cabe à entidade competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório de adjudicação, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Secção IV

TRAMITAÇÃO DA AQUISIÇÃO COM ANÚNCIO OBRIGATÓRIO

Artigo 43º

Noção de aquisição com anúncio obrigatório

A aquisição com anúncio obrigatório é o procedimento, aberto a todos os interessados que reúnam os eventuais requisitos de qualificação e de habilitação exigidos, em que a ÁGUAS DE SANTARÉM, mediante a publicação de um anúncio nos meios de divulgação referidos no artigo 45.º, submete um projecto contratual à concorrência dos operadores económicos do mercado.

Artigo 44º

Tramitação da aquisição com anúncio obrigatório

A tramitação do procedimento de aquisição com anúncio obrigatório obedece ao disposto na presente secção, compreendendo, após a publicação do respectivo anúncio, as seguintes fases:

- a) Apresentação das propostas e, quando aplicável, dos documentos de qualificação dos participantes;
- b) Análise das propostas apresentadas e elaboração do relatório preliminar;
- c) Audiência prévia dos interessados;
- d) Negociação e apresentação das versões finais das propostas, quando aplicável;
- e) Análise das versões finais das propostas apresentadas e elaboração de segundo relatório preliminar, quando haja lugar a uma fase de negociações;
- f) Nova audiência prévia dos interessados, quando haja lugar a segundo relatório preliminar;
- g) Elaboração de relatório final e adjudicação.

Artigo 45º

Anúncio

O anúncio de lançamento dos procedimentos de aquisição com anúncio obrigatório deve ser simultaneamente publicado na área reservada referida no artigo 14.º, e num jornal nacional de grande circulação ou no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 46º

Disponibilização e consulta das peças do procedimento

1. As peças do procedimento devem ser integralmente disponibilizadas, para consulta e *download* pelos interessados, na área reservada referida no artigo 14.º, desde o dia da publicação do anúncio.
2. A área reservada referida no artigo 14.º assegura que as entidades que solicitem a disponibilização das peças do procedimento ficam automaticamente registadas como interessados no procedimento em causa.
3. A disponibilização das peças do procedimento a que se refere o n.º 1 pode depender do pagamento à ÁGUAS DE SANTARÉM de um preço adequado, a fixar para cada procedimento no respectivo anúncio de lançamento.

Artigo 47º

Qualificação

Pode ser exigida aos participantes, juntamente com a apresentação das respectivas propostas e documentos que as acompanham ou constituem, a apresentação de documentos destinados a comprovar a verificação de requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira e de habilitação profissional dos mesmos, previamente definidos nas peças do procedimento.

Artigo 48º

Consulta das propostas apresentadas

As propostas apresentadas pelos participantes, ou as respectivas versões iniciais e finais quando haja lugar a uma fase de negociações, devem ser disponibilizadas na área reservada referida no artigo 14.º, para consulta pelos demais participantes, a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou das respectivas versões iniciais e finais quando haja lugar a uma fase de negociações, mediante a atribuição a cada participante de um *login* e de uma *password* para o efeito.

Artigo 49º

Relatório preliminar

Após a análise e avaliação das propostas, ou das versões iniciais das propostas quando haja lugar a uma fase de negociações, e dos documentos de qualificação dos participantes quando aplicável, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas com base no critério de adjudicação e nos factores e subfactores que o densificam, bem como a exclusão daquelas relativamente às quais se verifique, nesta fase, alguma das causas de exclusão previstas no artigo 24.º.

Artigo 50º

Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os participantes, fixando um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

2. Durante a fase de audiência prévia, os participantes têm acesso às propostas apresentadas pelos demais participantes, ou respectivas versões iniciais quando haja lugar a uma fase de negociações, bem como aos documentos de qualificação dos demais participantes.

3. Sem prejuízo da obrigação de notificação do relatório preliminar a todos os participantes, quando haja lugar a uma fase de negociações a audiência prévia prevista no presente artigo é apenas concedida aos participantes cujas propostas o júri pretenda excluir ao abrigo do artigo 24.º, ou não seleccionar para a fase de negociações nos termos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 51.º..

4. Após recepção e análise das pronúncias apresentadas pelos participantes, nos termos do número anterior, o júri pondera as respectivas observações efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, notificando-os da manutenção da decisão de exclusão ou de não selecção, ou convidando-os para a fase de negociações.

5. No caso previsto no número anterior, o participante cuja proposta tenha sido excluída ou não seleccionada para a fase de negociações pode, até ao termo do primeiro dia útil subsequente ao da recepção da notificação da decisão em causa, solicitar a reapreciação da sua pronúncia à entidade competente para a decisão de contratar, que profere decisão no prazo de 5 (cinco) dias, equivalendo a ausência de decisão à rejeição da pretensão do participante.

6. No caso de as decisões referidas nos números 4 e 5 se revelarem favoráveis à pretensão do

participante, este é convidado para a fase de negociações sem que tal implique a exclusão desta fase de propostas de participantes que tenham sido seleccionadas para a mesma no relatório preliminar a que se refere o artigo anterior.

7. Quando não haja sido decidido proceder a uma fase de negociações, é subsequentemente aplicável o disposto no artigo 54.º.

Artigo 51º

Fase de negociações, formalidades e tramitação

1. Haverá lugar a uma fase de negociações, que incide sobre os atributos das propostas, quando o anúncio de lançamento e o programa do procedimento indiquem expressamente:

- a) Que todas as propostas apresentadas serão objecto de negociação;
- b) Que as propostas melhor classificadas, em número e nos termos a fixar no programa do procedimento, serão objecto de negociação;
- c) Que existe a possibilidade de o júri optar pela realização de uma fase de negociações de todas as propostas, ou das propostas melhor classificadas, após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, caso se verifiquem determinados pressupostos a definir previamente no programa do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º.

2. Às formalidades e tramitação da fase de negociações é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 41.º.

Artigo 52º

Segundo relatório preliminar

Quando haja lugar a uma fase de negociações, após a análise e avaliação das versões finais das propostas, o júri elabora fundamentadamente um segundo relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas com base no critério de adjudicação e nos factores e subfactores que o densificam, bem como a exclusão daquelas relativamente às quais se verifique, nesta fase, alguma das causas de exclusão previstas no artigo 24.º.

Artigo 53º

Nova audiência prévia

1. Elaborado o segundo relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os participantes, fixando um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, quer quanto às propostas de exclusão, quer quanto à ordenação das propostas apresentadas pelo júri nesta fase.

2. Durante a fase de audiência prévia prevista no presente artigo, os participantes têm acesso às versões iniciais e finais das propostas apresentadas pelos demais participantes, aos documentos de qualificação dos mesmos, bem como a toda a documentação relevante relativa às negociações, incluindo as actas das respectivas sessões com os demais participantes.

Artigo 54º

Relatório final

1. Cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 50.º, ou no n.º 1 do artigo 53.º quando haja lugar a uma fase de negociações, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos participantes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, ou do segundo relatório preliminar,



consoante o caso, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 24.º.

2. No caso de ser proposta a exclusão de propostas no relatório final, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar ou do segundo relatório preliminar, consoante o caso, o júri procede a nova audiência prévia restrita aos participantes interessados, finda a qual o júri elabora novo relatório final, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do anterior relatório final, após ponderação das observações dos participantes.

3. Cabe à entidade competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 55º

Contagem de prazos

Os prazos relativos aos procedimentos de formação dos contratos referidos no presente Regulamento contam-se em dias úteis, excepto se outro regime for expressamente no convite ou no programa do procedimento.

Artigo 56º

Sanção acessória

Os participantes em qualquer procedimento lançado pela ÁGUAS DE SANTARÉM ao abrigo do presente Regulamento podem ser privados do direito de participar em quaisquer outros procedimentos pré-contratuais adoptados pela ÁGUAS DE SANTARÉM para a formação dos contratos abrangidos pelo mesmo Regulamento, por um período máximo de 2 (dois) anos a definir caso a caso, quando a sua conduta faltosa ou irregular no âmbito de um anterior procedimento haja afectado ou prejudicado os interesses públicos a cargo da ÁGUAS DE SANTARÉM.

Artigo 57º

Aplicação subsidiária do CCP

A interpretação e integração de lacunas do presente Regulamento, bem como a definição de conceitos que não se encontrem aí expressamente previstos, são feitas por aplicação subsidiária do CCP.

Artigo 58.º

Notificações

1. Nos procedimentos de aquisição directa simplificada, aquisição directa e de aquisição directa com consulta a várias entidades, as notificações e comunicações aos interessados e participantes são efectuadas mediante qualquer meio de transmissão escrita e electrónica de dados.

2. No procedimento de aquisição com anúncio obrigatório, as comunicações e notificações são efectuadas directamente através da área reservada referida no artigo 14.º, podendo, em casos excepcionais e justificados, ser efectuadas pelos meios previstos no número anterior.

Artigo 59º

Relatório anual de aplicação do presente Regulamento

A ÁGUAS DE SANTARÉM deve elaborar anualmente, e publicitar na área reservada referida no artigo 14.º, um relatório sobre a aplicação do presente Regulamento, que contenha informação clara, objectiva, transparente e agregada sobre todos os procedimentos pré-contratuais adoptados pela mesma com vista à formação dos contratos abrangidos pelo referido Regulamento, designadamente:

- a) Os fundamentos da decisão de escolha de cada procedimento;
- b) A identificação dos participantes em cada procedimento;
- d) Os fundamentos da decisão de adjudicação de cada procedimento;
- e) Os fundamentos da eventual exclusão de propostas em cada procedimento;



EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM – EM, S.A.

A.S.

- f) As eventuais causas de não adjudicação em cada procedimento;
- g) O objecto de cada contrato a celebrar e respectivo preço contratual.